



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO 020/2025

OBJETO

Registro de preços para eventual fornecimento de tinta para sinalização viária horizontal, solvente e microesferas de vidro, insumos indispensáveis à execução, revitalização e manutenção da sinalização viária horizontal no âmbito do Município.

VALORTOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.147.580,00 (dois milhões cento e quarenta e sete mil quinhentos e oitenta reais)

CONTRATANTE

Município de Campo Limpo Paulista – Secretaria Municipal de Desenvolvidmentos Urbano e Meio Ambiente.

DATA DE INÍCIO DA PROPOSTA

Dia **08/10/2025- 09:00** (horário de Brasília)

DATA DE ENCERRAMENTO DA PROPOSTA

Dia **22/10/2025- 09:00** (horário de Brasília)

PARTICIPAÇÃO

AMPLA PARTICIPAÇÃO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

DADOS GERAIS:

- Nº do Pregão Eletrônico: 020/2025

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de tinta para sinalização viária horizontal, solvente e microesferas de vidro, insumos indispensáveis à execução, revitalização e manutenção da sinalização viária horizontal no âmbito do Município.

- Pregoeiro (a): Claudia O. de O. Campaz
- A sessão pública para abertura das propostas e envio de lances se dará logo após o encerramento do recebimento das referidas propostas.
- Moeda: em REAL, estando inclusos nos preços todos os tributos incidentes.
- Critério de julgamento: MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM.
- Prazo de entrega: Conforme Termo de Referência, a partir do recebimento da Autorização de fornecimento e /ou Ordem de Serviços ou da assinatura do contrato, se o caso.
- Condição de pagamento: 30 (trinta) dias
- Local de Entrega: Conforme Termo de Referência
- Validade da Proposta: 60 dias, após a abertura da licitação.
- Obrigatoriedade de apresentação de ficha técnica: SIM
- Tratamento diferenciado para beneficiárias da lei 123/06 -
- Modo de disputa de lances: MODO DE DISPUTA ABERTO
- Local: O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, no site www.novobbmnet.com.br "Acesso Identificado no link – licitações públicas", mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias**. Acessível através do site www.novobbmnet.com.br
- **Publicação:** Edital e seus anexos publicados na íntegra no [Portal Nacional de Contratações Públicas, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sítio eletrônico oficial do município \(www.campolimpopaulista.sp.gov.br\) e www.novobbmnet.com.br](#) e por extrato em [jornal diário de grande circulação e em jornal diário de grande circulação local.](#)



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 346/2025

Torna-se público que o(a) Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista, por meio do (a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, sediado(a) na Av. Adherbal da Costa Moreira, 255 – Centro – Campo Limpo Paulista, realizará licitação, objetivando Registro de preços para eventual fornecimento de tinta para sinalização viária horizontal, solvente e microesferas de vidro, insumos indispensáveis à execução, revitalização e manutenção da sinalização viária horizontal no âmbito do Município, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

SESSÃO: será conduzida pela (o) **Pregoeira(o) Claudia O. de O. Campaz**, com o auxílio da Equipe de Apoio, designada pela portaria 603/2025 nos autos do Processo em epígrafe, e será regida pela Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021, pelo Decreto Municipal 7192 de 10 de agosto de 2023 e pelas normas contidas no edital e termo de referência, bem como pela Lei Complementar 123/06 e alterações.

Site: Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.novobbmnet.com.br)“Licitações”

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos que dele fazem parte integrante.

As propostas devem ser apresentadas no portal Bolsa Brasileira de Mercadorias até as **09:00 horas do dia 22/10/2025.**

A **sessão de processamento** do Pregão será realizada no Portal: Bolsa Brasileira de Mercadorias – BBMNET www.novobbmnet.com.br, com início da sessão de disputa de preços às **09h:05min.do dia 22/10/2025.**



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços para eventual fornecimento de tinta para sinalização viária horizontal, solvente e microesferas de vidro, insumos indispensáveis à execução, revitalização e manutenção da sinalização viária horizontal no âmbito do Município.

1.2. A licitação será dividida em lotes, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, nos termos do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar constantes do Anexo I deste Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), desde que o valor estimado para o item não seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.3. As Beneficiárias interessadas em participar da presente licitação e que quiserem se utilizar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06 (arts. 42 a 45), deverão promover a identificação da condição de beneficiária, no momento do envio da proposta eletrônica.

2.4. A identificação como Beneficiários se dará ao selecionar o Pregão desejado, declarando que a empresa é optante dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06 e alterações e não apresenta as restrições do § 4º do art. 3º da mesma Lei e que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte e que está ciente que os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06 não serão aplicados quando o valor estimado para o item for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.5. A ausência de identificação da empresa como Beneficiária, no momento da apresentação da proposta, impedirá a participação na licitação ou nos itens destinados à participação exclusiva dessas empresas, quando for o caso.

2.6. A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o art.299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, implicando, ainda, o afastamento do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

2.7. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de Beneficiário quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios da LC nº 123/06.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

- 2.8.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.8.2.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.8.3.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.8.4.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.8.5.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.8.6.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.8.7.** agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.8.8.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8.9.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1. – O licitante deverá promover seu credenciamento para participar do pregão, diretamente no site da Bolsa Brasileira de Mercadorias, www.novobbmnet.com.br, até o horário fixado no Edital para Inscrição e cadastramento.

3.2 – O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa Brasileira de Mercadorias, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

3.3. - Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.

3.3.1 - As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidos através da central de atendimento aos licitantes (011) 3113-1900, por telefone, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br.

3.3.2. -Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site www.novobbmnet.com.br.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema ou na proposta apresentada, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, bem como para aprendiz previstas em lei e em outras normas específicas.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico ou na proposta, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3.3 a 5.3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2. A proposta deverá obedecer ao disposto no preâmbulo quanto ao tipo de julgamento e casas decimais permitidas.

5.3 Nas propostas deverão estar computadas todas as despesas que incidirem sobre o objeto licitado, tais como: encargos diretos e indiretos, impostos e taxas, frete e a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalhos quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas,

5.4. As demais condições comerciais da proposta, como descrição do objeto, quantidade, unidade de fornecimento, local de entrega, prazo de entrega e garantia mínima, quando estabelecidas no Anexo I que integra o presente Edital, serão tacitamente aceitas pela licitante, no ato de envio de sua proposta comercial.

5.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no valor de referência constante da presente licitação, adotando-se a regra geral de publicidade do orçamento estimado, nos termos do art. 24 da Lei 14.133/2021, sob pena de desclassificação de sua proposta, o que deve ser analisado após a fase de lances.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será DESCLASSIFICADA a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo **menor valor unitário do item.**

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será determinado

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa aberto.**

6.11. O presente Pregão adota o modo de disputa aberto, pelo qual as licitantes apresentam a sua proposta inicial e depois participam da fase de lances para seleção da melhor proposta.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

- 6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11.6.** O critério de julgamento será o de menor valor do lote.
- 6.12.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 01 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.17.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.17.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.17.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

- 6.17.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.17.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.17.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.17.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.17.2.2.** empresas brasileiras;
- 6.17.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.17.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.17.2.5.** Aplicam-se os benefícios para microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidos na Lei Complementar 123/2006, inclusive o empate ficto.
- 6.18.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.18.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.18.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.18.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.18.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.18.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.19.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF e/ou Cadastro no Município de Campo Limpo Paulista
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d) Cadastro de Empresas Apenadas mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1.** contiver vícios insanáveis;
- 7.6.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta . A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor , no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. A(s) empresa(s) declaradas com melhor oferta deverá(ão) enviar ao Sr.(a) Pregoeiro(a), no prazo de 5 (dias) dias úteis as seguintes **AMOSTRAS e CERTIFICAÇÕES**, conforme Termo de Referência:

Amostras

- ✓ 01 (uma) unidade de cada item ofertado, acompanhada de laudo técnico;
- ✓ Embalagem original, contendo identificação completa:
- ✓ Nome da empresa;
- ✓ CNPJ;
- ✓ Número da licitação;
- ✓ Marca e item correspondente.

Certificações Obrigatórias

- ✓ Registro do químico responsável e do fabricante no Conselho Regional de Química (CRQ);
- ✓ Licença da Polícia Federal (DECOR) para manuseio e transporte de produtos controlados;



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

- ✓ Licença ambiental expedida pela Secretaria de Meio Ambiente;
- ✓ Licença da Polícia Civil para substâncias químicas controladas;
- ✓ Certificado de regularidade do IBAMA;
- ✓ Licença municipal de funcionamento, acompanhada do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

7.12. A(s) licitante(s) vencedora(s) que não apresentarem amostras no prazo determinado ou tiverem suas amostras reprovadas pelo responsável pela análise, serão **DECLASSIFICADAS**.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação:

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.1.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.1.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

8.1.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.1.1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

8.1.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.1.2.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.1.2.5. Prova de inscrição estadual e/ou municipal no cadastro de contribuintes, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.2.6 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativa aos tributos relacionados com a prestação licitada (tributos mobiliários);

8.1.2.6.1 A regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser comprovada através de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que contemplem os débitos **INSCRITOS e NÃO INSCRITOS** na Dívida Ativa. Relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.1.3.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Distribuidor da sede da licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou na omissão desta, com antecedência máxima de **90 (noventa)** dias contados da sua apresentação.

8.1.3.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.2.4.1. Apresentação de no mínimo (1) atestado de desempenho anterior em atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, pertinente e compatível



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

com os objetos e demonstrando que foram cumpridas corretamente suas obrigações contratuais, contendo em seu corpo a razão social, endereço completo, telefone e CNPJ/MF, da empresa fornecedora do atestado, bem como a data, assinatura e identificação do assinante, observadas as demais exigências constantes neste edital.

8.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia, com declaração do licitante de sua autenticidade.

8.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.4 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.5 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.7.1 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.8 A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.9 Após a entrega dos documentos para habilitação, **NÃO** será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.9.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.9.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

8.10 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.11 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.12 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9 DOS RECURSOS

9.1. Declarada a vencedora nos moldes deste Edital, qualquer licitante poderá manifestar motivadamente a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema e durante o prazo determinado pelo (a) pregoeiro (a), sob pena de preclusão.

9.1.1. A "intenção de recurso" ocorrerá em momento único e deverá conter sucintamente os motivos, para a apreciação do pregoeiro. Acolhida a iniciativa, o (a)pregoeiro (a) abrirá prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso.

9.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, em conformidade com o item 9.1. importará a decadência do direito de interpor recurso e viabilizará a adjudicação do objeto e a homologação da licitação pela Autoridade Superior ao licitante vencedor, mediante publicação desse ato junto ao Diário Oficial do Estado.

9.3. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na plataforma da BBMNET



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

10 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 deixar de apresentar amostra quando solicitado;

10.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5 fraudar a licitação

10.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 advertência;

10.2.2 multa;



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

10.2.3 impedimento de licitar e contratar e

10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2 as peculiaridades do caso concreto

10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta na Prefeitura de Campo Limpo Paulista, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

10.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: www.novobbmnet.com.br, ou por do e-mail pregao@campolimpopaulista.sp.gov.br ou presencialmente, sito Av. Adherbal da Costa Moreira, 255 – Centro – Campo Limpo Paulista – Divisão de Arquivo e Protocolo.

11.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

11.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

12.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.8 Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

12.9 Renovação Ata de Registro de Preço Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

12.10 Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

12.11 Carona Ata de Registro de Preço Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

- 12.12** § 2º Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 12.13** I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 12.14** II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;
- 12.15** III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 12.16** § 3º A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
- 12.17** I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)
- 12.18** II - por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)
- 12.19** § 4º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 2º deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- 12.20** § 5º O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o § 2º deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 12.21** § 6º A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo federal por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o § 5º deste artigo se destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 desta Lei.
- 12.22** § 7º Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite de que trata o § 5º deste artigo.
- 12.23** § 8º Será vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

13 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. O cadastro reserva será formado após a fase de adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor. A formação se dará pelos demais licitantes, seguindo a ordem de classificação subsequente ao primeiro colocado.

13.1.1 Para a classificação citada no subitem 13.1, haverá uma fase de disputa para que os licitantes possam melhorar suas ofertas e consequentemente, sua classificação no cadastro reserva.

13.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

13.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes pertencentes ao cadastro reserva

concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.5- O prazo de vigência da ata de Registro de contrato será de 12 (doze) meses, produzindo seus efeitos, no entanto, a contar da publicação do Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do art. 94 da Lei 14.133/2021.

14. CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

14.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho.

14.2. Quando se tratar de instrumento contratual o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato, quando for o caso, no prazo de 02 (dois) dias úteis sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, no edital e em outras legislações aplicáveis.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

14.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Diretoria de Contratos.

14.2.2. O contrato de que trata o item 12.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

14.2.2.1. Nos casos específicos em que ocorrer a impossibilidade de qualquer das partes envolvidas na contratação em realizar a assinatura por meio eletrônico, será permitida a realização de assinatura por meio físico, desde que devidamente

14.3.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços ou manifestar a recusa da Nota de Empenho, no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, no edital em outras legislações aplicáveis.

15. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO E GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 A licitante vencedora deverá realizar a entrega em até 05(cinco) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento, no local indicado no termo de referência, conforme prévia solicitação da Secretaria requisitante. O transporte do material caberá a licitante vencedora, na qual **o fiscal técnico e o gestor indicados pelas secretarias deverão adotar as providências, a saber:**

- a) o objeto do pedido será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do item licitado com as exigências contratuais, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) o objeto do pedido será recebido definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

15.1.1 **Eventual pedido de prorrogação deverá ser protocolado junto à Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista, antes do vencimento do prazo para entrega dos itens licitados, devidamente justificado pela contratada, para ser submetida à apreciação superior.**

15.2 O fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização do produto no ato da entrega, reservando-se à Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre o mesmo em condições satisfatórias e de acordo com as especificações do edital, devendo o mesmo ser substituído no prazo de até 02 (dois) dias úteis a expensas da contratada.

15.3 Correrão por conta da contratada todas as despesas de transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição do produto.

15.4. O contrato oriundo da presente licitação será fiscalizado por um fiscal técnico, um fiscal administrativo e um gestor designados pela Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista, com as atribuições estabelecidas no Decreto Municipal 7.192/2023 e suas alterações.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

16. DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, após o recebimento da nota fiscal na Diretoria de Finanças, a qual Recebimento definitivo pelo gestor do contrato, com liquidação da nota fiscal/fatura do devidamente atestada no verso, pelo fiscal técnico.

16.2 O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da licitante vencedora.

16.3 Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá da sua reapresentação.

16.4 Na emissão das notas fiscais devem constar no corpo da nota os dados bancários da licitante vencedora, nota de empenho, número do contrato ou autorização de fornecimento/Ordem de Serviços.

16.5 Se por motivo não imputável à licitante vencedora, o pagamento não ocorrer no prazo estabelecido neste contrato, incidirá sobre o valor da mesma, atualização monetária baseada no índice legal (IPCA/IBGE), conforme segue

16.6 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento pelo Município de Campo Limpo Paulista, desde que a empresa vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (6 / 100) / 365$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor atualizado da Parcela em atraso

16.6.1. Em caso de atraso superior a 30 dias da data do vencimento, o valor principal será atualizado monetariamente pelo índice IPCA do último mês, anterior à data limite, publicado e divulgado pelo IBGE.

16.6.2. Para efeito dos itens, a empresa vencedora deverá apresentar pedido expresso, ocasião em que será realizada a análise e negociação com o Município.

17. DO REAJUSTE

17.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

18.1- Os recursos necessários ao adimplemento das obrigações decorrentes da presente licitação correrão à conta da dotação orçamentária: 288.3.3.90.30(1639).

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

19.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e endereços eletrônicos www.campolimpopaulista.sp.gov.br, www.novobbmnet.br e por extrato no JornalGazeta, Jornal de Diário de Notícias, Diário Oficial do Estado de São Paulo.

19.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Declaração de Pleno Conhecimento, Aceitação e Atendimento às Exigências de Habilitação;

ANEXO III- Declaração de ausência de impedimento para licitar e contratar com o Poder Público;

ANEXO IV- Modelo de Proposta;

ANEXO V – Do cumprimento da lei geral de proteção de dados – LGPD;

ANEXO VI – Dados complementares para assinatura de instrumento contratual ou ato jurídico análogo;

ANEXO VII – Termo de Ciência e Notificação;

ANEXO VIII – Minuta de Contrato;

Campo Limpo Paulista, aos dois dias do mês de outubro do ano de 2025

Diretoria de Compras e Licitações



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preços tem por objetivo a contratação de empresa especializada para o fornecimento, conforme a demanda, de tinta para sinalização viária horizontal, solvente e microesferas de vidro, insumos indispensáveis à execução, revitalização e manutenção da sinalização viária horizontal no âmbito do Município.

Tais materiais serão utilizados em ações de implantação e renovação da sinalização horizontal em vias urbanas, com o propósito de garantir a segurança viária, a organização do tráfego de veículos e pedestres, e a acessibilidade, promovendo uma mobilidade urbana eficiente e segura. A contratação visa atender às necessidades operacionais do órgão gestor de trânsito municipal, garantindo o cumprimento das normas técnicas vigentes, notadamente a ABNT NBR 11862, que trata da sinalização horizontal viária, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), pelo CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito) e demais legislações e normativos aplicáveis à sinalização de trânsito.

A padronização e a qualidade dos materiais a serem adquiridos são fundamentais para assegurar a durabilidade e a efetividade das marcações viárias, contribuindo para a redução de acidentes, a melhoria da visibilidade da sinalização, especialmente em condições noturnas ou adversas, e o atendimento aos princípios da eficiência e economicidade na gestão pública.

1. DA JUSTIFICATIVA

A presente justificativa visa fundamentar a necessidade da formalização de Ata de Registro de Preços para a aquisição de tintas para sinalização viária horizontal, solventes e microesferas de vidro, insumos essenciais para a execução, manutenção e revitalização da sinalização horizontal das vias públicas do município.

A sinalização viária é um componente fundamental do sistema de mobilidade urbana e desempenha papel essencial na orientação e segurança de condutores, ciclistas e pedestres. A sinalização horizontal, composta por linhas, símbolos e legendas aplicados sobre o pavimento, tem por finalidade organizar o fluxo de tráfego, disciplinar a circulação, reforçar mensagens da sinalização vertical, e promover a segurança viária, conforme estabelecido pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), especialmente em seus artigos 80 a 90.

A utilização de tintas apropriadas e de microesferas de vidro – que garantem a retrorefletância necessária para a visibilidade noturna e em condições adversas – é indispensável para o correto desempenho da sinalização horizontal. O solvente, por sua vez, é necessário para a diluição da tinta e para limpeza dos equipamentos de aplicação, assegurando qualidade e eficiência no processo de pintura.

A adoção do sistema de Registro de Preços se justifica pela natureza continuada e sazonal da demanda, pela possibilidade de atender às necessidades de diversos setores da administração municipal e pela necessidade de reposição imediata de materiais em situações emergenciais, como em áreas escolares, faixas de pedestres, cruzamentos e vias com alto índice de acidentes. O modelo também visa garantir economicidade, celeridade e planejamento orçamentário, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, bem como no Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

Destaca-se ainda que a realização deste procedimento está alinhada aos princípios da eficiência, publicidade e interesse público, assegurando a qualidade dos serviços prestados pelo poder público e contribuindo para a redução de acidentes de trânsito, melhoria da mobilidade urbana e aumento da segurança da população.

Dessa forma, a aquisição dos referidos materiais é medida necessária e estratégica para a continuidade dos serviços de sinalização viária, devendo ocorrer de maneira planejada, transparente e conforme os preceitos legais e técnicos que regem a Administração Pública.

2. - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. DO SOLVENTES

2.1.1. Em um cenário de inúmeras demandas e obrigações, a Diretoria de Trânsito e Transporte se vê diante de uma situação urgente que requer nossa atenção imediata: a AQUISIÇÃO DE SOLVENTES PARA MANUSEIO DE TINTAS NA SINALIZAÇÃO VIÁRIA. Não se trata de uma mera formalidade administrativa, mas de um elemento crucial que se faz necessário em razão das necessidades de manutenção e implantação de sinalização horizontal nas vias públicas do município, com a finalidade de ordenação e regulamentação do trânsito em virtude de maior segurança aos usuários. Frente a esse cenário desafiador, a Diretoria de Trânsito e Transporte se encontra na necessidade premente de buscar alternativas para suprir sua demanda de solventes para a sinalização viária a qual é fundamental para a regulamentação do trânsito e segurança dos usuários nas vias públicas.

Essa medida visa a assegurar que as operações da Diretoria possam prosseguir sem interrupções significativas, garantindo a qualidade e eficiência dos serviços prestados. Portanto, a aquisição ora solicitada visa assegurar a continuidade de um fluxo operacional eficaz e a garantia de que os compromissos da Diretoria de Trânsito e Transporte com a municipalidade sejam cumpridos de maneira efetiva.

2.1.2. Essa medida visa a assegurar que as operações da Diretoria possam prosseguir sem interrupções significativas, garantindo a qualidade e eficiência dos serviços prestados. Portanto, a aquisição ora solicitada visa assegurar a continuidade de um fluxo operacional eficaz e a garantia de que os compromissos da Diretoria de Trânsito e Transporte com a municipalidade sejam cumpridos de maneira efetiva.

2.1.3. Solvente para diluição e limpeza, em conformidade técnica como Termo de Referência.

2.1.4. Solvente (para diluição de tinta a base de resina metilmetacrilato para demarcação viária), a base de Hidrocarbonetos de evaporação rápida, isentos de Benzeno.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

2.1.5. O solvente quando utilizado para diluir tinta, deve manter as características do filme de tinta aplicado sem permitir o afloramento de manchas (sangramento);

2.1.6. O solvente não deve modificar as características da tinta (não podendo apresentar, após agitação, aspecto heterogêneo).

2.1.7. O solvente deve ter condições para ser aplicado em proporções de até no máximo 5% (cinco por cento) de solvente em volume sobre a tinta, compatível com a mesma para acerto de viscosidade;

2.1.8. O solvente deve ter fácil incorporação à tinta e manter integralmente suas características, não devendo ocasionar espessamento, coagulação ou qualquer tipo de incompatibilidade com a resina;

2.1.9. O solvente quando utilizado com a finalidade de diluir tinta, em quantidade especificada, deve permitir, após a aplicação, a liberação ao tráfego no período estipulado pela tinta, não podendo de forma alguma retardar ou comprometer a secagem da mesma;

2.1.10. O solvente deve ser fornecido para uso em diluição (ajustes de viscosidade/consistência de tintas) e/ou limpeza de materiais e equipamentos em geral;

2.1.11. Todo material deverá ser analisado por laboratório responsável. O fornecedor deverá apresentar juntamente com o material, Certificado de Análise comprovando tecnicamente a qualidade do produto enviado.

2.1.12. O recipiente do solvente deverá ser metálico (lata de 18 litros) possuindo tampa rosqueada, devendo trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes informações: nome do produto: SOLVENTE PARA DILUIÇÃO DE TINTA A BASE DE TOLUOL; nome comercial; data de fabricação; prazo de validade; identificação da partida de fabricação/lote; nome e endereço do fabricante; quantidade contida no recipiente em litros;

2.1.13. CONDIÇÕES TÉCNICAS:

ENSAIO	MÉTODO	CARACTERÍSTICAS EXIGIDAS
Acidez	D847	Negativo
Aparência visual	Visual	LIMS
Benzeno, % v	D4369	Anotar



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

C8 + Aromático, % v/v	D2306	Anotar
Cor PT/Co	D120+	10 máximo
Corrosividade ao cobre, 30 min/100°C	D849	18 máximo
Destilação OS, °C 760 mm Hg	D850/D1078	Anotar
Destilação PIE, °C 760 mm Hg	D850/D1078	Anotar
Densidade relativa, 20/4°C	D1298/D4052	0,870 máximo 0,865 mínimo
Faixa de destilação °C	D850/D1078	1,0 máximo
Não Aromático, % v	D2306	0,5 máximo
Tolueno, % v	D2306	99,5 mínimo

2.1.14. O recipiente do **SOLVENTE PARA DILUIÇÃO DE TINTA A BASE DE METILMETACRILATO** deverá ser metálico (latade 18 litros) possuindo tampa rosqueada, devendo trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes informações:

- a)-Nome do produto: Solvente para diluição de tinta acrílica/metacrílica monocomponente;
- b)-Nome comercial;
- c)-Data de fabricação;
- d)-Prazo de validade;
- e)-Identificação da partida de fabricação/lote;
- f)-Nome e endereço do fabricante;
- g)-Quantidade contida no recipiente, em litros;
- h)-Referência quanto à natureza química;
- i)-Nome do químico responsável e o número de identificação no Conselho Regional de Química;
- j)-Selos de inspeção (controle de qualidade); e
- k)-A Lata deverá ser litografada, não serão aceitas latas adesivadas e deverá estar de acordo com as normas técnicas exigidas por lei e suas simbologias.

2.2. DA TINTA

2.2.1. Aquisição de tinta para demarcação viária, tipo acrílica, com Baixo Índice de Manchar (BIM), conforme normas técnicas da ABNT, a ser fornecida em baldes metálicos de 18 litros, nas cores branca, amarela, vermelha, azul ou preta.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

2.2.2. Tempo de Liberação para Tráfego: A sinalização viária deve estar liberada para o tráfego de veículos e pedestres no máximo 30 (trinta) minutos após a aplicação, considerando-se condições normais de temperatura (entre 20 °C e 30 °C) e umidade relativa do ar (até 80%).

2.2.3. Estabilidade e Armazenamento: O produto deverá apresentar estabilidade mínima de 6 (seis) meses, desde que armazenado em seu recipiente original, fechado, em local seco, ventilado, protegido da luz solar direta e da umidade, com temperatura ambiente controlada (entre 10 °C e 35 °C).

2.2.4. Compatibilidade com Substrato: A tinta deverá ser compatível e aderente a superfícies de pavimentos betuminosos (asfálticos) ou de concreto, sem necessidade de primers ou tratamentos prévios especiais, exceto a limpeza padrão da superfície.

2.2.5. Ajuste de Viscosidade (Opcional): Será permitido o uso de até 5% de solvente, exclusivamente para o ajuste de viscosidade, em conformidade com as orientações técnicas do fabricante e as condições climáticas de aplicação.

2.2.6. Pronto-Uso: O produto deve ser fornecido pronto para uso, dispensando a adição de aditivos, catalisadores ou componentes auxiliares, garantindo praticidade e uniformidade na aplicação em campo.

2.2.7. Aplicação e Espessura: A tinta deverá ser aplicável por meio de equipamentos específicos para demarcação viária, como máquinas do tipo airless ou pressurizadas. A espessura da película úmida deve estar entre 0,4 mm e 0,6 mm, garantindo boa cobertura, visibilidade e durabilidade da sinalização horizontal.

2.2.8. Aderência ao Substrato e às Microesferas de Vidro: A tinta deverá apresentar excelente aderência ao substrato (pavimento) e eficaz retenção das microesferas de vidro do tipo IB (Intermistadas e Drop-on), assegurando desempenho adequado de retrorrefletância noturna, conforme os critérios da ABNT.

2.2.9. CONDIÇÕES TÉCNICAS:

**Tabela1–RequisitosQuantitativos–
TintacomBaixoÍndiceDeManchamento:**



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

Requisitos	Norma	Mínimo	Máximo
Consistência,UK	NBR15438	85,0	105,0
Tempodesecagem,No-Pick-UpTime, minutos	NBR15438	-	20,0
Resistênciaàabrasão,litros	NBR15438	100,0	-
Massaespecífica,g/cm3	NBR15438	1,20	1,27
Brilho60°,unidade	NBR15438	-	20
Índicedemanchamento-Razãode Contraste, %	ANEXO A	97,0	-
Cor	NBR15438	Conforme coordenadas cromáticas Tabela 3	

**Tabela 2 – Requisitos Qualitativos –
Tinta com Baixo Índice de Manchamento:**

Requisitos	Norma	Especificação
Flexibilidade	NBR15438	Inalterada
Sangramento	NBR15438	Ausência
Resistência à água	NBR15438	Inalterada
Resistência ao calor	NBR15438	Inalterada

Resistência ao intemperismo (400h) <ul style="list-style-type: none">• Cor• Integridade	NBR15438	Leve alteração Inalterada
Identificação do veículo não volátil	NBR15438	O espectrograma de absorção de radiações infravermelhas deve apresentar bandas características predominantes de resinas acrílicas e estireno
Breus derivados	NBR15438	Ausência



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

Tabela3–Cores–Coordenadasdecromaticidade–

TintacomBaixoÍndicedeManchamento:

Cor	1		2		3		4	
	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y
Branca	0,355	0,355	0,305	0,305	0,285	0,325	0,335	0,375
Amarela	0,443	0,399	0,545	0,455	0,465	0,535	0,389	0,431

Nota1: Quando for utilizado o espectrofotômetro com geometria esférica / * para medição, retirar o brilho (deixar a *spex* excluída).

Nota2: Na necessidade de outras cores, seguir o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume IV – Sinalização Horizontal.

2.2.10. Metodologia de Ensaio – Avaliação do Índice de Manchamento de Tinta para Demarcação Viária

2.2.10.1. Tem com objetivo avaliar o grau de manchamento da tinta utilizada na demarcação viária, em condições controladas, simulando o tráfego de veículos e/ou exposição a contaminantes. O índice de manchamento serve como parâmetro para estimar a durabilidade estética e funcional da sinalização horizontal.

2.2.10.2. Definição de Manchamento

- Manchamento é a propriedade característica de um material relacionada à sua capacidade de resistir à aderência ou absorção de agentes manchantes. Trata-se da facilidade de limpeza da superfície do material após exposição a substâncias que possam causar manchas, como poeira, óleos, graxas, resíduos orgânicos, entre outros.
- Essa propriedade também pode ser interpretada como o grau de retenção de sujeira que o material apresenta ao longo do tempo em condições normais de uso, especialmente em ambientes externos sujeitos à ação de intempéries e poluentes.
- No contexto da sinalização viária horizontal, tintas com baixo índice de manchamento são preferíveis por manterem maior visibilidade, contraste e refletância ao longo do tempo, exigindo menor frequência de manutenção e proporcionando maior segurança viária.

2.2.10.3. Aparelhagem, materiais e reagentes:

-Aparelhagem

- Cronômetro
- Extensor de barra de 400 microns
- Espectrofotômetro computadorizado com programa para o cálculo das equações de Kubelka- Munk.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

-Materiais

- CartelatipolenetaWB;
- Pinceldepelomacio;
- Esponjamacia;
- Panoparalimpeza;
- Álcoolparalimpeza;

Reagentes Utilizados

- Gilsonita
- Aguarrás mineral
- Xilol

Composição e Preparo da Solução de Gilsonita

Composição da Solução

- Gilsonita: 10,00 g
- Aguarrás mineral: 89,00 g
- Xilol: 1,00 g

Preparo da Solução

- a. Pesar a aguarrás mineral e o xilol em um béquer.
- b. Pesar a gilsonita separadamente.
- c. Adicionar a gilsonita à mistura de aguarrás e xilol, agitando com bastão de vidro até completa dissolução e homogeneização.

Procedimento de Ensaio

- a. Limpeza das Cartelas: Limpar as cartelas com pano umedecido em álcool.
- b. Homogeneização da Tinta: Misturar bem a tinta com espátula ou por agitação mecânica.
- c. Aplicação da Tinta: Utilizar um extensor para aplicar a tinta não diluída sobre as cartelas.
- d. Secagem da Película: Secar em ambiente com troca de ar por 7 dias, à temperatura de 25 ± 2 °C e umidade relativa do ar de $60 \pm 5\%$.
- e. Aplicação da Solução de Gilsonita: Com o corpo de prova sobre uma superfície reta, aplicar a solução de gilsonita com pincel sobre parte da película de tinta e aguardar por 2 minutos.
- f. Remoção do Excesso: Manter o corpo de prova em posição vertical e, com um pincel embebido em aguarrás mineral, remover o excesso da solução de gilsonita por 1 minuto.
- g. Descanso: Deixar o corpo de prova em posição vertical por 10 minutos.
- h. Secagem em Estufa: Colocar em estufa com circulação de ar à temperatura de 55 ± 5 °C, por 25 minutos.
- i. Resfriamento: Deixar o corpo de prova em temperatura ambiente por aproximadamente 10 minutos.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

- j. Determinação da Razão de Contraste: Medir os valores de refletância nas áreas manchada e não manchada.
- k. Repetição do Ensaio: O ensaio deve ser realizado em triplicata.

Expressão dos Resultados

Para os casos em que não se dispõe de software para cálculo automático, utilizar a seguinte fórmula:

$$RC(\%) = V_p \times 100 / V_b$$

Onde:

- RC (%) = Razão de contraste (%);
- V_p = Valor de refletância da área manchada;
- V_b = Valor de refletância da área não manchada.

Nota: O desempenho da película seca de tinta é avaliado pelo menor grau de penetração do agente manchante. Assim, quanto maior o manchamento, menor a razão de contraste (RC), indicando menor resistência da tinta à penetração.

Composição e Preparo da Solução de Gilsonita

Composição

- Gilsonita: 10,00 g
- Aguarrás mineral: 89,00 g
- Xilol: 1,00 g

Preparo da Solução

- Medir a quantidade de aguarrás mineral e xilol em um copo béquer.
- Pesar a gilsonita separadamente.
- Adicionar a gilsonita à mistura de aguarrás e xilol, agitando com um bastão de vidro até completa homogeneização.
- Aquecer a mistura à temperatura de $(82 \pm 2) ^\circ\text{C}$.
- Resfriar à temperatura ambiente e filtrar utilizando tela de náilon com malha de 150 μm .
- Acondicionar a solução em frasco de vidro, devidamente identificado.

Especificações da Gilsonita

- Ponto de amolecimento: 139 $^\circ\text{C}$ a 155 $^\circ\text{C}$
- Teor de cinzas: 0,5% (médio); 0,9% (máximo)
- Umidade: 0,2% a 0,5%
- Ponto de fulgor (Flash Point – COC): 316 $^\circ\text{C}$
- Massa específica: 1,040 g/cm^3
- Retenção em peneira (acumulada):
 - 10 mesh: 3,0%
 - 65 mesh: 55,0%
 - 150 mesh: 77,0%



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

2.2.11. O recipiente da TINTA deverá ser metálico (latade 18 litros) possuindo tampa rosqueada, devendo trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes informações:

- a)-Nome do produto:
- b)- Nomecomercial;
- c)- Cor;
- d)-Data de fabricação;
- e)-Prazo de validade;
- f)-Identificação da partida de fabricação/lote;
- g)-Nome e endereço do fabricante;
- h)-Quantidade contida no recipiente, em litros;
- i)-Referência quanto à natureza química;
- j)-Nome do químico responsável e o número de identificação no Conselho Regional de Química;
- k)-Selosdeinspeção(controledequalidade).

2.3. DA MICROESFERAS

2.3.1. A microesferas de vidro retrorrefletivas, destinadas à aplicação em sinalização horizontal viária, com a finalidade de garantir visibilidade e segurança, especialmente em condições de baixa luminosidade.

2.3.2.As microesferas de vidro têm por finalidade proporcionar retrorrefletância às demarcações viárias horizontais, otimizando a visibilidade noturna das faixas pintadas sobre pavimentos asfálticos ou de concreto, especialmente sob iluminação de faróis veiculares.

2.3.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.3.3.1 Normas Técnicas Aplicáveis

As microesferas deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas nas seguintes normas:

- NBR 16184:2013 – Esferas e microesferas de vidro – Requisitos e métodos.
- NBR NM ISO 2395 – Peneira de ensaio e ensaio de peneiramento – Vocabulário.
- NBR NM ISO 3310-1 – Peneiras de ensaio com tela de tecido metálico – Requisitos técnicos e verificação.
- NBR NM ISO 3310-2 – Peneiras de ensaio de chapa metálica perfurada – Requisitos técnicos e verificação.
- ASTM C169 – Standard Test Methods for Chemical Analysis of Soda-Lime and Borosilicate Glass.
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Volume IV – Sinalização Horizontal (CONTRAN).



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

É responsabilidade da contratada manter-se atualizada quanto à vigência das normas acima, bem como aplicar a versão mais atual disponibilizada pela ABNT.

2.3.4. Características Gerais Mínimas

Aparência (inspeção microscópica):

As amostras devem apresentar aspecto regular e esférico, isentas de defeitos, conforme critérios abaixo:

- Partículas não esféricas: ovoides, deformadas ou geminadas.
- Partículas angulares: vidro não fundido e/ou quebrado.
- Elementos estranhos: materiais que não sejam esferas ou microesferas de vidro tipo soda-cal.
- Bolhas gasosas: partículas com 25% ou mais da seção transversal ocupada por bolhas são consideradas defeituosas.

Classificação por Diâmetro:

- Esferas de vidro: diâmetro superior a 1.000 μm (micrômetros).
- Microesferas de vidro: diâmetro igual ou inferior a 1.000 μm (micrômetros).

2.3.5. CLASSIFICAÇÃO:

As esferas de vidro classificam-se quanto ao seu uso em:

a) Tipos I-A, V e VI

- Aquelas aplicadas incorporadamente às massas termoplásticas durante sua fabricação, de modo a permanecerem internas à película aplicada, permitindo a retrorrefletorização apenas após os desgastes da superfície da película aplicada, quando se tornam expostas. Os tipos V e VI são específicos para situações em que as massas termoplásticas são aplicadas em trechos sujeitos a condições adversas de clima (chuva e neblina).

b) Tipo I-B

- Aquelas incorporadas à tinta e que podem ser incorporadas ao plástico a frio conforme recomendação do fabricante, antes de sua aplicação, de modo que permaneçam internas à película aplicada, permitindo a retrorrefletorização somente após o desgaste de superfície da película aplicada, quando se tornam expostas.

c) Tipos II-A, II-B, II-C, II-D, III e IV

- Aquelas aplicadas por aspersão, concomitantemente com tinta ou o termoplástico, por aspersão ou extrusão, de modo que permaneçam na superfície aplicada, permitindo sua imediata retrorrefletorização. Os tipos III e IV são específicos para situações em que as tintas ou as massas termoplásticas são aplicadas em trechos sujeitos a condições adversas de clima (chuva e neblina).

d) Tipo VII



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

- Microesferas com IR maior que 1,9, as quais são aplicadas por aspersão, concomitantemente com a tinta ou o termoplástico por aspersão ou extrusão, de modo que permaneçam na superfície da película aplicada, permitindo sua imediata retrorrefletorização. São particularmente especificadas para pistas de aeroportos e/ou locais onde a conspicuidade das marcas deva ser maximizada.

2.3.6. - REQUISITOS

Esferas e microesferas de vidro

a) A utilização das esferas e microesferas de vidro tipos II-A, II-B, II-C, II-D e VII será definida por critérios técnicos acordados entre cliente e fornecedor.

b) As microesferas de vidro tipos II-A e II-B devem receber um revestimento para melhorar algumas características, como aderência às resinas, reforço mecânico do sistema de demarcação e aumento da retrorrefletividade de inicial.

c) As microesferas de vidro tipo II-A e II-B devem ser tratadas para aumentar a sua fluidez durante sua utilização.

d) As esferas e microesferas de vidro tipos II-C, II-D, III e IV devem receber um revestimento para aumentar a aderência a cada tipo de sistema de demarcação.

e) As esferas e microesferas de vidro tipos II-C, II-D, III, IV e VII pode ser aplicadas seguida e concomitantemente à aplicação de microesferas de vidro tipo II-A ou II-B para maximizar a retrorrefletividade e a vida útil da demarcação.

f) O uso de PMMA (polimetil metacrilato) eventualmente requer a utilização de microesferas de vidro tipos II-A e II-C, tratados conforme recomendação do fabricante, incorporados durante o processo produtivo.

g) A utilização das esferas e microesferas de vidro tipos II-C, II-D, III, IV e VII em tintas ou termoplásticos, associadas ou não à aplicação concomitante de microesferas de vidro tipos II-A e II-B, requer o uso de microesferas de vidro tipo I-B, no caso das tintas, ou I-A, no caso de termoplásticos. Eventualmente a aplicação de plástico a frio pode exigir a aplicação de microesferas tipo II-b incorporado.

2.3.7. - CONDIÇÕES GERAIS:

A unidade de acondicionamento das esferas ou microesferas de vidro é o saco de 25kg. Os sacos de papel ou juta devem ser internamente um saco de polietileno.

Os lotes de fabricação das esferas e microesferas devem ser embalados separadamente em sacos identificados externamente com as informações a seguir:

- a) Esfera e microesfera de vidro tipo IIA (classificação).
- b) Número desta norma.
- c) Nome e endereço do fabricante.
- d) Identificação da partida de fabricação.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

- e) Data de fabricação.
- f) Quantidade de microesferas contidas, em Kg.
- g) Se siliconizadas ou não.

3. QUANTIDADE DO PRODUTO

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
01	900	Latas de 18 litros	SOLVENTE PARA DILUIÇÃO DE TINTA ABASE DE METILMETACRILATO;
02	360	Saco de 25Kg	MICROESFERAS DE VIDRO RETRORREFLETIVAS TIPO II-A
03	1200	Baldes metálicos de 18 litros	TINTA A BASE DE METILMETACRILATO PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA COM BAIXO ÍNDICE DE MANCHAMENTO (BIM) – COR - AMARELA
04	100	Baldes metálicos de 18 litros	TINTA A BASE DE METILMETACRILATO PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA COM BAIXO ÍNDICE DE MANCHAMENTO (BIM) – COR - AZUL
05	1200	Baldes metálicos de 18 litros	TINTA A BASE DE METILMETACRILATO PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA COM BAIXO ÍNDICE DE MANCHAMENTO (BIM) – COR - BRANCA
06	100	Baldes metálicos de 18 litros	TINTA A BASE DE METILMETACRILATO PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA COM BAIXO ÍNDICE DE MANCHAMENTO (BIM) – COR - PRETA
07	100	Baldes metálicos de 18 litros	TINTA A BASE DE METILMETACRILATO PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA COM BAIXO ÍNDICE DE MANCHAMENTO (BIM)) – COR - VERMELHA

4. CONTROLE DE QUALIDADE

- ✓ Cada lote fornecido deverá ser composto por material de única cor e produzido sob condições uniformes de fabricação.
- ✓ Todo lote deverá ser identificado com selo de inspeção inviolável, aplicado no momento da amostragem por técnico do laboratório contratado pelo fornecedor.
- ✓ Os ensaios laboratoriais deverão ser realizados por laboratório filiado à ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação.
- ✓ As amostras para ensaio laboratorial deverão ser fornecidas pela empresa vencedora, sem prejuízo ao quantitativo contratado.
- ✓ Todas as embalagens devem conter selo numerado sequencialmente, vinculado ao respectivo laudo técnico.
- ✓ O laudo técnico deverá ser conclusivo, contendo obrigatoriamente:



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

- ✓ Números dos selos de inspeção;
- ✓ Número do empenho emitido pela municipalidade;
- ✓ Informações completas de rastreabilidade do lote.

4.1 Avaliação Aleatória pela Prefeitura

A Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista poderá, no ato da entrega dos lotes, selecionar aleatoriamente uma unidade de cada cor fornecida para realização de análise técnica em laboratório credenciado à ABIPTI.

- ✓ Todos os custos relacionados à coleta, transporte e ensaio laboratorial serão de responsabilidade exclusiva da empresa fornecedora.
- ✓ O laudo emitido deverá ser enviado diretamente ao Setor de Sinalização de Trânsito da Prefeitura Municipal, a qual se reserva o direito de recusar lotes não conformes às especificações estabelecidas neste documento.

5. ENSAIOS DE MANCHAMENTO

- ✓ Os ensaios de manchamento deverão ser realizados conforme metodologia descrita no Anexo A, utilizando Gilsonita.
- ✓ O resultado será expresso por meio da Razão de Contraste (RC %).

6. GARANTIA

- ✓ O fornecimento deverá conter garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de fabricação dos materiais.
- ✓ Sem prejuízo do estabelecido neste Termo de Referência, aplicam-se às condições de garantia as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor.

7. AMOSTRAS E CERTIFICAÇÕES

A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, as seguintes exigências:

Amostras

- ✓ 01 (uma) unidade de cada item ofertado, acompanhada de laudo técnico;
- ✓ Embalagem original, contendo identificação completa:
- ✓ Nome da empresa;
- ✓ CNPJ;
- ✓ Número da licitação;
- ✓ Marca e item correspondente.

Certificações Obrigatórias

- ✓ Registro do químico responsável e do fabricante no Conselho Regional de Química (CRQ);
- ✓ Licença da Polícia Federal (DECOR) para manuseio e transporte de produtos controlados;
- ✓ Licença ambiental expedida pela Secretaria de Meio Ambiente;
- ✓ Licença da Polícia Civil para substâncias químicas controladas;
- ✓ Certificado de regularidade do IBAMA;



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

- ✓ Licença municipal de funcionamento, acompanhada do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).
- ✓

8. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS

8.1. Qualquer alteração do prazo de substituição dependerá de prévia e expressa aprovação, por escrito, do CONTRATANTE.

9. PREVENÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL

A aplicação de materiais para sinalização horizontal viária, embora essencial para a segurança no trânsito, envolve o uso de substâncias que podem gerar impactos ambientais. A prevenção desses impactos deve estar integrada ao planejamento, aquisição, transporte, aplicação e descarte de tais materiais.

A prevenção dos impactos ambientais relacionados ao uso de solventes para tintas, tintas para sinalização viárias e microesferas de vidro exige planejamento, responsabilidade técnica e compromisso com boas práticas ambientais. Com medidas adequadas de controle e mitigação, é possível garantir uma sinalização eficiente e segura, com redução significativa dos danos ao meio ambiente.

Recomendações por tipo de material:

9.1. Solventes para Tinta à Base de Metilmetacrilato (MMA)

Riscos ambientais: emissão de compostos orgânicos voláteis (COVs), inflamabilidade, contaminação de solo e água.

Medidas de prevenção:

- Substituição por formulações de menor impacto, como solventes com menor teor de VOCs ou tintas MMA com baixa volatilidade.
- Armazenamento em locais ventilados, cobertos, com contenção secundária para vazamentos.
- Manuseio com EPIs adequados, incluindo luvas, máscara com filtro para vapores orgânicos e óculos de proteção.
- Capacitação das equipes de aplicação, com foco na manipulação segura e descarte ambientalmente correto.
- Gestão adequada dos resíduos perigosos, conforme classificação da ABNT NBR 10004 e normas ambientais vigentes.

9.2. Tintas para Demarcação Viária com Baixo Índice de Manchamento (BIM)

Riscos ambientais: presença de aditivos químicos, possível toxicidade aquática, resíduos sólidos não biodegradáveis.

Medidas de prevenção:



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

- Utilização de produtos com formulação ecológica, preferencialmente à base d'água, certificados por selos ambientais.
- Evitar o excesso de aplicação, garantindo eficiência no uso e minimizando sobras.
- Coleta e armazenamento de resíduos de tintas em recipientes apropriados, com posterior destinação em empresas licenciadas.
- Higienização controlada de equipamentos, evitando o descarte de resíduos líquidos em redes pluviais ou no solo.

9.3. Microesferas de Vidro Retrorrefletivas

Riscos ambientais: geração de poeira fina (inalação), arraste superficial por chuvas, acúmulo em solos e corpos d'água.

Medidas de prevenção:

- Armazenamento em local seco, fechado e ventilado, com controle de derramamento e poeira.
- Aplicação com equipamentos que evitem dispersão excessiva no ambiente, mantendo o material na área demarcada.
- Recolhimento de excedentes não utilizados e destinação para reaproveitamento quando possível.
- Utilização de microesferas certificadas, com comprovação de origem e ausência de metais pesados ou resíduos tóxicos.

9.4. Boas Práticas Complementares

- Elaboração e implementação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Sinalização Viária (PGRSV).
- Inclusão de cláusulas ambientais em contratos com fornecedores, exigindo conformidade com normas ambientais e de segurança.
- Adoção de programas de monitoramento ambiental, especialmente em áreas próximas a corpos d'água e zonas sensíveis.
- Conscientização dos trabalhadores sobre a importância da prevenção de impactos ambientais nas atividades de sinalização.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. A presente Ata de Registro de Preços, destinada à aquisição de solventes, tintas de demarcação viária e microesferas, terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

Durante esse período, os órgãos e entidades participantes poderão realizar aquisições dos itens registrados, conforme a conveniência e a necessidade da Administração Pública, observadas as condições estabelecidas no edital e nesta Ata.

A vigência dos contratos decorrentes das aquisições realizadas com base nesta Ata observará o prazo necessário para a execução do objeto, conforme estipulado em cada contrato ou instrumento equivalente firmado entre a Administração e a empresa registrada.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

Nos termos do art. 84 da referida Lei, a vigência da presente Ata poderá ser prorrogada, uma única vez, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados para a Administração.

A empresa fornecedora deverá manter, durante toda a vigência da Ata, os preços e as condições pactuadas, assegurando o fornecimento contínuo e regular dos produtos registrados, independentemente da quantidade demandada, respeitando os prazos, especificações e demais exigências estabelecidas no edital.

Compete ao órgão gerenciador da Ata o acompanhamento, controle e fiscalização da regularidade das adesões e contratações dela decorrentes, bem como a adoção das providências cabíveis em caso de descumprimento das obrigações por parte do fornecedor.

Ressalta-se que a celebração desta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à aquisição dos itens registrados, sendo as contratações efetivadas de acordo com as necessidades e disponibilidade orçamentária dos órgãos participantes, mediante emissão de nota de empenho ou assinatura de contrato, conforme o caso.

11. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA E DA SUBSTITUIÇÃO DO MATERIAL

11.1. –O prazo de entrega será de no máximo 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota de empenho.

11.2. –Por prazo de entrega entende-se o prazo considerado até que o objeto, atendendo todas as exigências, sejam descarregados e recebidos no local de entrega fixado pelo CONTRATANTE.

11.3. – Qualquer alteração do prazo de entrega dependerá de prévia e expressa aprovação, por escrito, do CONTRATANTE.

11.4. No caso do objeto entregue não aceito, o atraso será contado a partir do 1º dia útil, subsequente ao prazo estabelecido para a nova entrega.

11.5. O material deverá ser entregue no Almoxarifado Central, sito na Rua Antonio Patelli nº 202, Vila Imape, Campo Limpo Paulista - SP, nos seguintes dias e horários: de segunda a sexta- feira, das 08:00 às 15:00 horas, conforme prévia solicitação da Secretaria requisitante.

11.6. É de responsabilidade da empresa toda a atividade de carga e descarga dos materiais no local de entrega, seja no térreo ou nos andares superiores quando houver.

11.7. –A CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o produto ora adquirido, caso o mesmo afaste-se das especificações do edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

12. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS

12.1. Qualquer alteração do prazo de substituição dependerá de prévia e expressa aprovação, por escrito, do CONTRATANTE.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

13. DA GARANTIA

13.1. Sem prejuízo do estabelecido neste Termo de Referência, aplicam-se às condições de garantia as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Prestar esclarecimentos e informações solicitados pelo CONTRATANTE;

14.2. Cientificar o CONTRATANTE de qualquer ocorrência anormal na execução da prestação do serviço;

14.3. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada pelos seus empregados nas instalações do CONTRATANTE;

14.4. Cumprir todas as solicitações e especificações deste termo de referência.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. –Pagar pelo fornecimento.

15.2. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e em tempo hábil quaisquer instruções ou alterações a serem adotadas sobre assuntos relacionados a este Contrato.

15.3. Liberar o acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais onde serão entregues materiais quando em áreas internas do CONTRATANTE.

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado após o ateste do material solicitado, de forma satisfatória, em até 30 (trinta) dias, mediante adimplemento da obrigação, através de transferência bancária, que deverá ser indicada, por intermédio da apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência ao objeto executado. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

16.2. A Nota Fiscal relativa à cobrança deverá ser emitida acompanhada por comprovante de recolhimento dos impostos, taxas e encargos pertinentes.

16.3. Verificados erros no documento de cobrança, ensejarão a devolução do mesmo, sendo que o prazo previsto no caput desta cláusula será contado a partir da nova apresentação.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

17. –DAS CONDIÇÕES GERAIS

17.1. – Se a contratação for efetivada SEM termo de contrato, com fulcro no art. 95 da Lei n. 14.133/21 (questão avaliada pelo setor de contratos), o “setor requisitante” deverá incluir no Projeto Básico/Termo de Referência as seguintes Condições Gerais:

17.2. – A Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista e a Contratada poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “a e d”, da Lei n.14.133/21, por novo pacto precedido de cálculo ou de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

17.3. – A Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência/Projeto Básico, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 137 e seguintes da Lei n. 14.133/21, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 75 da mesma lei, sem prejuízo das sanções previstas.

17.4. – Qualquer tolerância por parte da Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

17.5. – A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela Contratada para a execução do objeto contratual, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

17.6. – A Contratada, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, a Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se a Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

17.7. – A Contratada guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações ou documentos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedadas todas ou quaisquer reproduções dos mesmos, durante a vigência e mesmo após o seu término.

17.8. – Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade da Prefeitura



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

Municipal de Campo Limpo Paulista, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação.

17.9. – A contratação será formalizada mediante emissão de nota de empenho de despesa, nos termos do art. 95 da Lei n. 14.133/21

18. – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

18.1. – Aplica-se o previsto na Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021 e posteriores alterações.

Campo Limpo Paulista, 14 de julho de 2025.

Ageu da Rocha
Diretor de Trânsito e Transporte

Jaderson José Spina
Secretario de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO, ACEITAÇÃO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

DECLARO para fins de participação da licitação na modalidade Pregão n.º _____, Processo _____, aberta pela Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista, que a empresa _____, por mim representada, atendem aos requisitos de habilitação conforme estabelecido Inciso I do Art. 63 da Lei 14.133/2021, a seguir descritos.

E, por ser a expressão da verdade firmo a presente.

Campo Limpo Paulista, _____

Assinatura.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA LICITAR E CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO

DECLARO para fins de participação da licitação na modalidade Pregão n.º _____, Processo _____, aberta pela Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista, que a empresa _____, por mim representada, não se enquadra em nenhum dos impedimentos estabelecidos pelo art. 14 da Lei 14.133/2021, a seguir descritos:

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Declaro, outrossim, que a referida empresa não está impedida de licitar com a Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista, nem foi apenada com sanção vigente de inidoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública ou teve condenação judicial que a impeça de licitar e contratar com o Poder Público.

E, por ser a expressão da verdade firmo a presente.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de tinta para sinalização viária horizontal, solvente e microesferas de vidro, insumos indispensáveis à execução, revitalização e manutenção da sinalização viária horizontal no âmbito do Município.

Pregão Eletrônico n.º _____

Processo n.º _____

ITEM	QTD.	UN	DESCRIÇÃO	FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$						

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

O proponente declara que:

- está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#); cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declaro, ainda, que cumpro os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

Campo Limpo Paulista, _____



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

ANEXO V DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

1. É vedada às Partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução do Contrato para finalidade distinta daquela prevista em seu objeto, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução do objeto deste Contrato, em consonância como disposto na Lei nº 13.709/2018 e Decreto nº 9.375/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do Contrato.
3. A Parte que der causa responde administrativa e judicialmente pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução do objeto deste Contrato, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.
4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados e no Decreto Municipal, as partes, para a execução do serviço objeto deste Contrato, têm acesso a dados pessoais de seus representantes, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, dentre outros.
5. As Partes declaram que têm ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e do Decreto Municipal, se comprometendo a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação como intuito de proteger os dados pessoais repassados entre si.
6. As Partes ficam obrigadas a comunicar um (ns) ao(s) outro(s) em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a impactar e/ou afetar as partes convenientes, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

ANEXO VI

DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL OU ATO JURÍDICO
ANÁLOGO

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Razão Social da empresa: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Nome do representante legal da empresa que assinará o instrumento:

CPF.: _____ RG.: _____

Telefone: (____) _____

E – mail: _____

Dados Bancários:

Nome do Banco: _____

Nº do Banco: _____ Agência: _____ C/c: _____

Nome legível: _____

Assinatura: _____

RG.: _____ CPF.: _____



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

ANEXO VII - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº(DEORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) Ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e conseqüente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelocontratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pelacontratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de atosubsuaresponsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/25 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/25 - PREGÃO ELETRONICO Nº ____/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL, SOLVENTE E MICROESFERAS DE VIDRO, INSUMOS INDISPENSÁVEIS À EXECUÇÃO, REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO LIMPO PAULISTA E A EMPRESA

Ata de Registro de Preços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CAMPO LIMPO PAULISTA**, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 45.780.095/0001-41, com sede na Av. Adherbal da Costa Moreira, nº 255, Centro, Campo Limpo Paulista, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente, sr. **JADERSON JOSÉ SPINA**, brasileiro, separado, arquiteto urbanista, portador do RG no. 7.777.678-1 SSP/SP e CPF no. 867.721.558-15, doravante denominado **PREFEITURA** e, de outro, a empresa detentora da Ata de Registro de Preços, _____, com sede na Rua _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada pelo Sr(a). _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, daqui para frente denominado **DETENTORA**, nos seguintes termos:

CLÁUSULA 1 – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual fornecimento de tintas para sinalização viária horizontal, solvente e microesferas de vidro, insumos indispensáveis à execução, revitalização e manutenção da sinalização viária horizontal no âmbito do Município, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência do Edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente.

CLÁUSULA 2 – DO VALOR

2.1- Dá-se a presente Ata o valor total de **R\$ _____** () para o fornecimento dos **itens _____**, o preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	U.M.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	SOLVENTE PARA DILUIÇÃO DE		900	Latas de 18		



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

	TINTA ABASE DE METILMETACRILATO			litros cada		
02	MICROESFERAS DE VIDRO RETRORREFLETIVAS TIPO II-A		360	Saco de 25Kg		
03	TINTA A BASE DE METILMETACRILATO PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA COM BAIXO ÍNDICE DE MANCHAMENTO (BIM) – COR - AMARELA		1200	Baldes metálicos de 18 litros cada		
04	TINTA A BASE DE METILMETACRILATO PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA COM BAIXO ÍNDICE DE MANCHAMENTO (BIM) – COR - AZUL		100	Baldes metálicos de 18 litros cada		
05	TINTA A BASE DE METILMETACRILATO PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA COM BAIXO ÍNDICE DE MANCHAMENTO (BIM) – COR - BRANCA		1200	Baldes metálicos de 18 litros cada		
06	TINTA A BASE DE METILMETACRILATO PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA COM BAIXO ÍNDICE DE MANCHAMENTO (BIM) – COR - PRETA		100	Baldes metálicos de 18 litros cada		
07	TINTA A BASE DE METILMETACRILATO PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA COM BAIXO ÍNDICE DE MANCHAMENTO (BIM)) – COR - VERMELHA		100	Baldes metálicos de 18 litros cada		
VALOR TOTAL						

2.2- No valor estão incluídas todas as despesas e custos diretos e indiretos, tais como: tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto ora registrado, sem que caiba direito à **DETENTORA** reivindicar custos adicionais.

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA 3 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao adimplemento das obrigações decorrentes da presente licitação correrão à conta da dotação orçamentária: 288.3.3.90.30(1639), da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

CLÁUSULA 4 – DO ORDENADOR DE DESPESA

O Ordenador de Despesa desta Ata de Registro de Preços é o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente.

CLÁUSULA 5 – DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1- O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, após o recebimento da nota fiscal na Diretoria de Finanças, após o Recebimento definitivo pelo gestor do contrato, com liquidação da nota fiscal/fatura devidamente atestada no verso, pelo fiscal técnico.

5.2 O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da licitante vencedora.

5.3 Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá da sua reapresentação.

5.4 Na emissão das notas fiscais devem constar no corpo da nota os dados bancários da licitante vencedora, nota de empenho, número do contrato ou autorização de fornecimento/Ordem de Serviços.

5.5 Se por motivo não imputável à licitante vencedora, o pagamento não ocorrer no prazo estabelecido neste contrato, incidirá sobre o valor da mesma, atualização monetária baseada no índice legal (IPCA/IBGE), conforme segue

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento pelo Município de Campo Limpo Paulista, desde que a empresa vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (6 / 100) / 365$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor atualizado da Parcela em atraso

5.6.1. Em caso de atraso superior a 30 dias da data do vencimento, o valor principal será atualizado monetariamente pelo índice IPCA do último mês, anterior à data limite, publicado e divulgado pelo IBGE.

5.7. Para efeito dos itens, a empresa vencedora deverá apresentar pedido expresso, ocasião em que será realizada a análise e negociação com o Município.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

5.8. Juntamente com as notas fiscais as empresas deverão apresentar declaração do tipo de Lucro (Real, Presumido ou Arbitrário) ou se são Optantes pelo Simples (indicando o Anexo de enquadramento).

5.8.1. As notas fiscais devem conter base de cálculo e valor de retenção de IRRF.

5.8.2. As notas fiscais devem conter base de cálculo e valor de retenção de INSS.

CLÁUSULA 6 – DA VIGÊNCIA, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

6.1. A Ata de Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses, considerando-se em vigor apartir da data de ____/____/2025, extinguindo-se em ____/____/2026**, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.

6.2.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3.1. O instrumento contratual de que trata o item 6.3. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.5.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.5.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.5.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos dos adjudicatários, observada a classificação da licitação; e

6.5.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.5.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

6.6. O registro a que se refere o item 6.5.2. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.5.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

6.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.3. **Cancelamento Do Registro Do Licitante Vencedor E Dos Preços Registrados.**

6.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.10. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.11. A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.8. e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.5.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

6.13.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.13.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

6.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA 7 – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO, NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS, REMANEJAMENTO DE QUANTIDADES E CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Alteração ou Atualização dos preços registrados

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.2. Negociação De Preços Registrados

7.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2.1.1. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

7.2.1.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2.1.3. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.3. sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.8.

7.2.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.3.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2.2 e no item 7.2.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. Cancelamento Do Registro Do Licitante Vencedor E Dos Preços Registrados

7.3. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.3.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.3.1.1. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

7.3.1.2. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.3.1.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.1.3.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.3.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.3. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.3.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.3.4.1. Por razão de interesse público;

7.3.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.3.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA 8 - DO FORNECIMENTO DO OBJETO e GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA

8.1- A licitante vencedora deverá realizar a entrega em até 05(cinco) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento, no local indicado no termo de referência, conforme prévia solicitação da Secretaria requisitante, e conforme especificações constantes no Termo de Referência. O transporte do material caberá a licitante vencedora, e será fiscalizado por servidor previamente designado pela Secretaria.

8.1.1. O fiscal técnico e o gestor indicados pela Prefeitura deverão adotar as providências, a saber:

a) o objeto do pedido será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do item licitado com as exigências contratuais, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) o objeto do pedido será recebido definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

8.1.2- Eventual pedido de prorrogação deverá ser protocolado junto à Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista, antes do vencimento do prazo para entrega dos itens licitados, devidamente justificado pela contratada, para ser submetida à apreciação superior.

8.2- O fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização do produto no ato da entrega, reservando-se à Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre o mesmo em condições satisfatórias e de acordo com as especificações do edital, devendo o mesmo ser substituído no prazo de até 02 (dois) dias úteis a expensas da contratada.

8.3 Correrão por conta da contratada todas as despesas de transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição do produto.

8.4. O contrato oriundo da presente licitação será fiscalizado por um fiscal técnico, um fiscal administrativo e um gestor designados pela Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista, com as atribuições estabelecidas no Decreto Municipal 7.192/2023 e suas alterações.

8.5. - O objeto adquirido deve estar de acordo com as normas específicas do setor, especialmente o contido no artigo 39, inc. VIII do código de defesa do consumidor.

CLÁUSULA 9 – DA FISCALIZAÇÃO

Esta Ata de Registro de Preços ficará sob a fiscalização e gerenciamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente, juntamente com a Diretoria de Trânsito e Transporte.

CLÁUSULA 10 – PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. X, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.3, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA 11 – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

11.1 - As Partes, em comum acordo, submetem-se ao cumprimento dos deveres e obrigações referentes à proteção de dados pessoais e se obrigam a tratar os Dados Pessoais coletados no âmbito do presente instrumento, se houver, de acordo com a legislação vigente aplicável, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 e Decreto nº 8.771, de



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

11 de maio de 2016 (“Marco Civil da Internet”), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”), no que couber e conforme aplicável.

11.2 - As Partes deverão também garantir que seus empregados, agentes e subcontratados observem os dispositivos dos diplomas legais em referência relacionados à proteção de dados, incluindo, mas não se limitando, à LGPD.

11.2.1 Cada Parte deverá cumprir os dispositivos da LGPD, bem como o disposto nessa Cláusula, no tocante ao tratamento de Dados Pessoais, conforme definido na LGPD;

11.2.2 Cada Parte deverá assegurar que quaisquer Dados Pessoais que forneça à outra Parte tenham sido obtidos em conformidade com a LGPD e deverão tomar as medidas necessárias, incluindo, sem limitação, o fornecimento de informações, envio de avisos e inclusão de informações nas respectivas Políticas de Privacidade e demais documentos aplicáveis, e obtenção de consentimento dos titulares dos Dados Pessoais, quando aplicável, para assegurar que a outra Parte tenha o direito de processar tais Dados Pessoais;

11.2.3 Cada Parte deverá usar os esforços razoáveis para assegurar que quaisquer Dados Pessoais que forneça à outra Parte sejam precisos e atualizados;

11.2.4 Se qualquer uma das Partes receber uma reclamação, consulta ou solicitação de um titular de dados em relação ao tratamento de Dados Pessoais (incluindo, sem limitação, qualquer solicitação de acesso, retificação, exclusão, portabilidade ou restrição de tratamento de dados pessoais) de acordo com o Artigo 18 da LGPD e, caso a assistência da outra Parte seja necessária para responder a reclamação, consulta e/ou solicitação, essa Parte deverá notificar a outra Parte, dentro de 5 (cinco) dias úteis. Neste caso, a Parte notificada cooperará com a Parte notificante;

11.2.5 Cada Parte será individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e de eventuais regulamentações emitidas posteriormente por autoridade reguladora competente;

11.2.6 Cada Parte se compromete a observar as regras previstas na LGPD, sempre que for realizada a transferência de Dados Pessoais para fora do território brasileiro;

11.2.7 Cada Parte se compromete a manter os Dados Pessoais em sigilo, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os Dados Pessoais contra acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão (“Tratamento não Autorizado ou Incidente”);

11.2.8 Cada Parte notificará a outra Parte por escrito, em até 24 horas, sobre qualquer Tratamento não Autorizado ou Incidente ou violação das disposições desta Cláusula, ou se qualquer notificação, reclamação, consulta ou solicitação for feita por uma autoridade reguladora devido ao tratamento dos Dados Pessoais relacionado a este Registro de Preços. Tal notificação deverá conter, no mínimo:

- I. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- II. informações sobre os titulares envolvidos;
- III. informação sobre as medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- IV. os riscos relacionados ao incidente;
- V. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA

Diretoria de Compras e Licitações

VI. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo causado.

11.2.9 No caso de uma notificação nos termos desta Cláusula, as Partes atuarão em cooperação e prestarão assistência mútua;

11.2.10 Na hipótese de término do presente Registro de Preços e, ausente qualquer base legal para tratamento dos Dados Pessoais prevista na LGPD, as Partes comprometem-se a eliminar de seus registros e sistemas todos os Dados Pessoais a que tiverem acesso ou que porventura venham a conhecer ou ter ciência em decorrência dos serviços previstos no Registro de Preços, responsabilizando-se por qualquer dano causado à outra Parte ou a qualquer terceiro; e

11.2.11 Todo o previsto nesta cláusula deverá ser observado, “*mutatis mutandis*”, com relação às disposições previstas nas legislações internacionais referentes à proteção de dados pessoais, sempre que tais legislações forem aplicáveis aos serviços prestados por meio deste Registro de Preços.

CLÁUSULA 12 – DA PUBLICAÇÃO

Dentro do prazo legal, a **PREFEITURA** providenciará a divulgação do presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal 14.133/21, bem como no respectivo sitio oficial na internet, em atenção ao ART. 91, CAPUT, DA Lei 14.133/21.

CLÁUSULA 13 – FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Campo Limpo Paulista, renunciando a outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões oriundas desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA 14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1- Regem o presente Contrato a Lei Federal nº 14.133/21, Lei Federal nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, Código Civil Brasileiro, Lei Orgânica Municipal e os artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, atendendo o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de desempate quando verificado ao final da disputa de preços e Lei Federal nº 12.440/11, relativa à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e demais legislações aplicáveis.

14.1.1- Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14.2- Toda e qualquer alteração na política econômico-financeira por determinação do Governo Federal, que represente durante vigência da Ata de Registro de Preços modificações em suas cláusulas, deverá implicar na elaboração de Aditamento para a sua adequação, por proposta da **PREFEITURA**.

14.3- Integra esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Edital do **Pregão Eletrônico nº _____/25**, seus anexos, a Proposta da **DETENTORA** e demais documentos pertinentes.

14.4- As contratações do objeto da Ata de Registro de Preços serão autorizadas por pessoa



PREFEITURA
CAMPO LIMPO PAULISTA
Diretoria de Compras e Licitações

responsável pelo setor requisitante.

14.5- A emissão da Nota de Empenho, sua retificação ou cancelamento total ou parcial, bem como a elaboração da Ata será igualmente autorizado por pessoa responsável pela secretaria requisitante.

14.6- A responsabilidade pela correta utilização da Ata de Registro de Preços, especialmente no tocante ao seu objeto, agrupamento e preços é exclusiva da unidade orçamentária contratante e da **DETENTORA**.

14.7. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

E, por estarem de acordo, declaram as partes que aceitam todas as disposições estabelecidas nas cláusulas desta Ata de Registro de Preços, bem como que observarão fielmente as disposições legais e regulamentos pertinentes, pelo qual firmam a presente ata em duas vias de igual teor e único efeito, na presença de testemunhas.

Campo Limpo Paulista, ____ de _____ de 2025.

JADERSON JOSÉ SPINA

Secretário Municipal de Desenvolvimento

Urbano, Habitação e Meio Ambiente

Nome:

p/Detentora da Ata

Testemunha:

Ass : _____

Nome: _____

RG : _____

Testemunha:

Ass : _____

Nome: _____

RG : _____

Anexo – CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

******Inserir planilha com informações do fornecedor e dos itens**